



Relações familiares e violência em adolescentes em situação de rua

Family relations and violence with adolescents in street situation

Dorian Mônica Arpini^[a], Alberto Manuel Quintana^[b],
Camila dos Santos Gonçalves^[c]

^[a] Psicóloga, Doutora em Psicologia Social, professora do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Mestrado) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS - Brasil, e-mail: monica.arpini@gmail.com

^[b] Psicólogo, Doutor em Ciências Sociais (Antropologia Clínica), professor do Curso de Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia (Mestrado) e Enfermagem (Mestrado) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS - Brasil.

^[c] Psicóloga, Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia em Saúde da Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM), professora do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria, RS - Brasil.

Resumo

Este estudo¹ investigou a concepção de adolescentes em situação de rua acerca de suas relações familiares. A dinâmica familiar desse grupo de adolescentes está frequentemente permeada por contextos que envolvem violência, a qual muitas vezes determina a saída dos filhos de casa, buscando novos espaços e possibilidades. A vulnerabilidade no cotidiano familiar e suas transformações têm-se colocado como um importante aspecto a ser trabalhado na compreensão dos vínculos entre pais e filhos, principalmente na adolescência, momento em que muitos deles passam a vivenciar a rua como alívio diante das tensões experienciadas no contexto familiar. Participaram do estudo adolescentes de ambos os sexos com idades entre 12 e 18 anos, integrantes de duas escolas abertas, com os quais foram realizadas entrevistas e grupos focais examinados por meio da análise de conteúdo. Observou-se a existência de uma vivência de situações violentas nas relações intrafamiliares, as quais constituem uma situação de fragilidade e desamparo conduzindo muitas vezes a saída do adolescente para a rua. Os adolescentes identificaram a mãe como uma pessoa central e importante em suas vidas e o pai aparece como uma pessoa distante, para alguns não conhecido e frequentemente violento. Identificou-se a presença de álcool e drogas no interior da família e a relação entre seu uso e a violência.

Palavras-chave: Família. Violência. Atitudes adolescentes.

Abstract

¹ Este estudo teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

This study investigated the conception of adolescents in street situation about their family relationships. The family dynamics of such adolescent group is often permeated by contexts that involve violence, which determines the children leaving their homes, searching for new spaces and possibilities. Vulnerability in the family routine and its transformations has become an important aspect to be considered concerning the comprehension of bonds between parents and children, mainly in adolescence, that is a moment in which many of them search for relief to tensions experienced in the family context on the street. Adolescents of both sexes, aged 12 to 18 years old, who attend to two open schools, participated on the study. Such participants were assessed through interviews and focal groups and data were analyzed through content analysis. Experiences of violent situations in intra-family relationships were observed. Such experiences constitute a situation of fragility and helplessness that sometimes leads the adolescents to the streets. Adolescents identified their mothers as a central and important person in their lives and their fathers are described as a distant, unknown and frequently violent person to many of them. Presence of alcohol and drugs was identified in the family, as well as the relation between its use and violence.

Keywords: Family. Violence. Adolescent attitudes.

Introdução

Atualmente a violência tem sido apresentada como um fenômeno que atinge toda a sociedade, porém neste artigo procurou-se enfatizar a compreensão da violência em relação aos adolescentes em situação de rua² e seus contextos familiares. Como propõe Abramovay (2002, p. 27),

[...] a violência tem sido concebida como um fenômeno multifacetado, que não somente atinge a integridade física, mas também as integridades psíquicas, emocionais e simbólicas de indivíduos ou grupos nas diversas esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado.

Nosso objetivo foi conhecer como estes adolescentes em situação de rua representam as relações familiares em seu cotidiano. As relações entre família e situações que envolvem violência ou diferentes formas de sofrimento têm sido frequentemente abordadas por pesquisadores, na tentativa de compreender suas origens e seus efeitos; segundo Assis (1999), na compreensão das famílias dos adolescentes que cometeram ato infracional, há uma família vulnerável. Essa vulnerabilidade está associada a dificuldades referentes

a situações sócio-econômicas, além de dificuldades emocionais decorrentes de separações, da necessidade de manutenção da educação e do sustento familiar por um único membro, nesse caso, em geral, a mãe (Goldani, 1994).

Em relação à dinâmica familiar de crianças que se encontram nas ruas, Rizzini e Rizzini (1996) e Rizzini e Silva (2002) também apontam o enfraquecimento dos vínculos familiares como um fator importante, nas famílias pobres, já que os filhos são precocemente imbuídos de participar do orçamento familiar. Mesmo a sua saída de casa está marcada pela tentativa de obter ganhos que a família já não pode manter. Por outro lado, as autoras referem ainda o fato de serem famílias com conflitos graves que, muitas vezes, determinam a saída dos filhos de casa. “Muitas alegam que a permanência na rua representa um alívio diante das dificuldades enfrentadas em casa, como a violência, o abuso sexual, a fome e a instabilidade nas relações entre os membros (Rizzini & Rizzini, 1996, p. 86).

Em relação a este aspecto, Peres (2001), em estudo realizado em Goiânia, destaca as relações entre a pobreza e sua interferência na família e a saída para a rua como uma estratégia familiar à sobrevivência.

² Neste trabalho, a utilização da expressão adolescentes em situação de rua traduz um conjunto de adolescentes que, embora tenham uma família ou algum vínculo familiar, um endereço, vivem uma grande parte de seu cotidiano na rua e a têm como uma referência, tanto como possibilidade de sobrevivência ou como consequência do abandono e da violência familiar. Podem ser utilizadas aqui também as referências de Rosemberg (1996); Aptekar (1996); Rizzini (2003) e Lucchini (2003).

Tais situações vão construindo famílias nas quais as relações vão se fragilizando, e muitos adolescentes relatam que seus próprios pais não são a referência para se construir um projeto de vida, apesar de se verem envolvidos em situações de vida muito próximas das experienciadas no contexto familiar.

Werner e Werner (2004, p. 80), citando Roudinesco, destacam que, dentro das grandes alterações por que passam a família atual, duas situações podem ser acrescentadas: “a ascensão das mulheres no controle de natalidade e a morte da autoridade paterna”.

Fica evidente, então, que essas alterações, na organização e na dinâmica das relações familiares, produzem efeitos nas crianças e nos adolescentes e, com certeza, grande parte de suas dificuldades se encontram na falta de contenção relacionada a essas lacunas, ausências ou excessos a que foram ou estão submetidas essas crianças e esses adolescentes. Quanto à contenção, Winnicott (1996, 1999) adverte sobre sua importância no ambiente familiar e alerta para as consequências que a ausência desse fenômeno pode trazer, referindo-se às condutas anti-sociais, como recursos, pedidos de ajuda desses jovens à sociedade, quando suas famílias não puderam contê-los. Nogueira (2003) também adverte para as consequências dessas alterações no ato infracional de adolescentes.

Dessa forma, mais do que buscar um modelo familiar, parece importante reconhecer em que pontos as alterações, na dinâmica familiar, fragilizam o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Seguindo as referências de Sarti (2004), é preciso ter cuidado com uma possível idealização do universo familiar, que nós, como observadores, podemos manter como resultado de nossa formação, o que pode impedir a abertura do diálogo necessário para a compreensão de diferentes pontos de vista:

Essa tendência à desqualificação, que se configura de várias formas, será tanto mais acentuada quanto mais o jovem e sua família pertencerem aos estratos mais baixos da hierarquia social, dada à dificuldade de reconhecer-lhes, à família e ao jovem, um lugar e uma autoridade a falar (Sarti, 2004, p. 127).

Sobre os sofrimentos associados às situações de violência, Assis (1999) e Arpini (2003) constataam a relação estreita entre essas vivências familiares e o que produziu tristeza e sofrimento.

Indo mais além, Nogueira (2003) vai referir aquilo que pode conduzir ao ato e, assim, ao ato infracional. Esse pode ser entendido, segundo a perspectiva da autora, como uma forma de reinventar o pai, de buscar o que faltou, que pode ser definido como a ‘dimensão do amor’.

Tais situações são decorrentes então de um processo de exclusão social que afeta esse grupo e, por outro lado, da falta da noção de ‘permitido, proibido’, de referência para seus atos, no sentido de que aquilo que ele faz tem significado para alguém. Essa circunstância foi mencionada por Assis (1999), ao colocar que adolescentes declararam terem sido reconhecidos afetivamente somente depois que cometeram um ato infracional. É a constatação de uma inversão, a mostra da fragilidade familiar e a concretização de que tal reconhecimento de fato não estava presente, e se assim o é, deve-se encontrar meios para que tal passagem ao ato não seja necessária – pelo menos não enquanto uma demanda de amor, ou uma necessidade de reconhecimento e filiação.

Assim, pode-se afirmar que situações familiares têm sido geradoras de problemas na infância e adolescência e que, de forma geral, como expõem os adolescentes, tais sofrimentos estariam determinando e perpetuando situações de violência. Entretanto, diferente da conotação, quanto a esse aspecto, que pode associar uma relação de culpa a essas famílias, este artigo apoia-se em Fraga (2002) ao afirmar que essas famílias já se encontram profundamente afetadas pelas contradições e *injustiças sociais*. Portanto, são famílias que também não têm ou não tiveram reconhecimento e que, pelo mesmo motivo a que se referem os adolescentes de hoje, podem ter tido dificuldades em se colocar como referência estrutural para seus filhos, não por que não o desejassem, mas porque também não lhes foi possibilitado.

Deve-se salientar que situações de sofrimento somadas a privações afetivas geram quadros de grave instabilidade na infância e intensa falta de afeto, entendidos pelos adolescentes como a total ausência de contenção, no sentido de que ninguém pode mais frear que se pratique o ato. É importante dizer que muitos adolescentes têm explicitado a falta dessa contenção em ações, mostrando que sinais anteriores ou pedidos de SOS não tiveram eco, não foram, portanto, afetivamente reconhecidos. Tal situação nos faz pensar se não estamos todos, de fato, ouvindo muito pouco os apelos da juventude, sobretudo em relação a esse grupo, que tem

encontrado na reprodução e perpetuação da violência uma modalidade de inscrição social, de firmar um laço social e, quem sabe, a busca desesperada pelo laço familiar que já está fortemente fragilizado.

Em relação a esse aspecto, Rosa (2007, p. 191) adverte para a importância de se ter presentes as implicações que a exclusão do acesso aos bens e modos de gozo deste momento da cultura vai gerar entre os jovens que ocupam um lugar de *resto*. Nesse sentido, chama atenção para a “importância de não confundirmos esse lugar de resto, na estrutura social, com uma subjetivação da falta que promove o desejo”, mas muito mais em relação à invisibilidade social decorrente do estigma e da indiferença.

Método

Para alcançar os objetivos propostos, trabalhamos com as técnicas de entrevistas não diretas, grupos focais e observação participante com adolescentes entre 12 e 18 anos, de ambos os sexos. As entrevistas e os grupos focais foram gravados e posteriormente transcritos, com os consentimentos dos participantes devidamente registrados.

Tivemos contato com esses jovens em duas instituições da cidade de Santa Maria, RS, Escolas Abertas, que recebem esta clientela. Essas escolas caracterizam-se por serem instituições que funcionam em turno integral: em um turno oferecem o ensino regular, por ciclos, em turmas menores de cerca de dez alunos; e, no turno oposto, oficinas variadas tais como culinária, redação, pintura, artesanato e horticultura. Outra característica das escolas é oferecer três refeições para os alunos: café da manhã, almoço e lanche da tarde. Em uma delas, os adolescentes podem tomar banho e recebem material para higiene pessoal. Cabe destacar que muitos desses adolescentes chegam até as instituições em função de um trabalho realizado por elas com a abordagem de rua, na qual os educadores se dirigem aos adolescentes em pontos da cidade nos quais eles se encontram em situação de rua. Dessa forma, sua frequência à instituição é muitas vezes irregular e muitos deles, após a saída da instituição, retornam para rua ao fim do dia para fazer algum “bico” ou “passarem o tempo”, não retornando a suas casas.

Este trabalho buscou compreender, por meio das entrevistas e dos grupos focais, como eles reagem às situações familiares identificadas como

violentas e, ainda, como reconhecem as possíveis influências das diferentes formas de violência na construção de suas identidades. A entrevista não diretiva e os grupos focais permitem, assim, uma flexibilidade de relacionamento entre pesquisador/pesquisado, reduzindo os efeitos de uma imposição direta da problemática a ser investigada – o que, no caso desta pesquisa, dificultaria o processo de interação com os sujeitos envolvidos (Bleger, 1981).

Especificamente por se tratar de um universo composto por adolescentes, identificamos que o grupo focal foi uma técnica que se mostrou bastante significativa, pois por meio dele os adolescentes puderam se manifestar espontaneamente, estabelecendo uma discussão sobre a temática, apontando criticamente suas opiniões e tendo uma participação ativa.

Desse modo, realizamos com os adolescentes dez entrevistas individuais e três grupos focais. Tanto as entrevistas como os grupos foram analisados na íntegra; no decorrer do trabalho, as manifestações dos adolescentes serão identificadas por sexo, idade e instituição.

As entrevistas individuais foram feitas em uma instituição e os grupos focais em outra; assim, cada uma das escolas teve uma técnica utilizada. As entrevistas efetuaram-se tendo como referência os seguintes eixos norteadores: solicitação para falar sobre as relações familiares, experiências envolvendo violência, quais as possíveis causas dessas violências, quais os tipos de violências identificados. Embora seguindo esses eixos, o entrevistador procurou deixar que o entrevistado ficasse muito à vontade para abordar o tema e desenvolvê-lo conforme seu estilo. Os adolescentes tiveram facilidade e desenvoltura para abordar o assunto, revelando muita familiaridade com ele, aspecto que foi extremamente significativo para o estudo. Dessa forma, muitas vezes não foi necessário que o entrevistador conduzisse as entrevistas, sendo elas amplamente dirigidas pelo que Bleger (1981) denominou de “viés do entrevistado”. Esse aspecto mostrou-se muito importante, pois se trata de um estudo qualitativo que pode trabalhar com o discurso dos próprios entrevistados. Assim, o entrevistador só foi motivando o entrevistado e, quando necessário, clareando as questões que iam sendo narradas.

Conforme Chizzotti (1998, p. 93), as entrevistas não diretas permitem obter informações baseadas no livre discurso do entrevistado, porém salienta que o entrevistador deve “manter-se na

escuta ativa” e com “atenção receptiva a todas as informações prestadas”, intervindo com “discretas interrogações de conteúdo ou com sugestões que estimulem a expressão mais circunstanciada de questões inerentes à pesquisa”. Esse autor salienta ainda que

a atitude disponível à comunicação, a confiança manifesta nas formas e escolhas de um diálogo descontraído devem deixar o informante inteiramente livre para exprimir-se, sem receios, falar sem constrangimentos sobre seus atos e atitudes, interpretando-os no contexto em que ocorreram (1998, p. 93).

Assim, as entrevistas exigem habilidade do entrevistador para possibilitar os referidos aspectos, bem como para captar os sentimentos, as emoções que acompanham o discurso e que, como manifestações não verbais, precisam ser detectadas com muita sensibilidade e atenção na escuta e observação no momento da entrevista. Estas entrevistas foram realizadas dentro de um ambiente afetivo e bastante próximo, no qual os entrevistadores procuraram criar um *clima* de acolhimento e afeto, usando uma linguagem próxima dos adolescentes, ou mesmo utilizando suas próprias expressões, para conduzi-las.

Com relação aos grupos focais, foram realizados com dez adolescentes em cada grupo, totalizando 30 jovens que se envolveram no trabalho. Colocaram-se os objetivos e realizou-se uma aproximação com o uso do gravador, o que despertou mais curiosidade. No primeiro grupo, experimentou-se uma música para que escutassem sua voz e aos poucos o gravador deixou de ser algo perturbador. Os grupos, assim como já referimos em relação às entrevistas, tiveram os mesmos eixos norteadores, e os adolescentes participaram ativamente da proposta, discutindo e debatendo sobre a temática. Segundo aponta Jovchelovith (2000, p. 113), os grupos permitem a expressão de vozes singulares que, ao serem colocadas em debate com os demais, podem revelar a diversidade da realidade e, ao mesmo tempo, a relação de cada sujeito com ela: “é precisamente do conjunto multifacetado de experiências únicas que a totalidade da realidade social emerge”.

Os grupos mistos tiveram a participação de adolescentes dos sexos masculino e feminino, o que, do nosso ponto de vista, contribuiu para enriquecer o trabalho.

O tema se mostrou também muito próximo da realidade deles e podemos afirmar que ficou mais fácil e que eles se sentiram mais à vontade para se colocar em grupo do individualmente, com brincadeiras, polêmicas e discussões muito ricas. Os encontros dos grupos tiveram duração de 1h30 e foram realizados no intervalo entre o turno da manhã e o da tarde, após o almoço, na própria instituição. Sempre que estivemos na escola para contato, observação ou realização dos grupos e das entrevistas, dialogamos com esses adolescentes, que se dirigiam a nós para perguntar algo, ou para serem incluídos pelas professoras, a fim de que falassem, ou ainda para que elas trouxessem alguma situação em que eles estavam envolvidos. Nesses momentos, percebemos a integração entre eles e a equipe escolar, em relações informais características do cotidiano, aspecto que nos permitiu um conhecimento maior da realidade vivenciada no interior da instituição.

Segundo Haguette (1995, p. 77), “a observação participante se constitui na técnica menos estruturada de coleta de dados em pesquisa”. Porém, é justamente por seu aspecto não estruturado que ela trouxe importantes contribuições ao estudo, permitindo, além dos momentos formalmente organizados para o trabalho, quais sejam os grupos e as entrevistas, que tivéssemos um contato amplo, próximo, e vivenciássemos aspectos do cotidiano da instituição e, até mesmo, de momentos de enfrentamento entre a equipe e os adolescentes.

Após a finalização das entrevistas e dos grupos focais, avaliamos que a combinação das técnicas utilizadas foi muito proveitosa e interessante para o estudo proposto, reafirmando a grande contribuição dos adolescentes quando solicitados a falar sobre o tema. Como sinalizamos também a possibilidade de que a diferença real existente entre pesquisador e entrevistado possa ser um fator inibidor da situação de entrevista ou que leve à indução da resposta, por parte do entrevistado (Thiollent, 1985). Com a combinação de entrevistas e grupos, podemos ter alcançado maior possibilidade de abertura na fala dos entrevistados, uma vez que, no grupo, estariam abrandados os efeitos da desigualdade, porquanto a presença de vários pares fortalece a emergência da fala, ao mesmo tempo em que reduz a força do entrevistado, que em determinados momentos parece ficar esquecido na discussão gerada pelo grupo. Dessa forma, ao percebermos generalidades

nas falas das entrevistas e dos grupos, acreditamos ter alcançado também nas entrevistas uma abertura que possibilitou a emergência do discurso.

Resultados e discussão

A experiência familiar:

Referência materna e ausência paterna

O impacto das transformações familiares tem sido foco de vários estudos, que evidenciam que tanto as mulheres quanto os homens têm sofrido alterações na dinâmica das relações familiares, as quais incidem diretamente sobre as relações parentais (Brandão, 2005; Grzybowski, 2002; Wagner, 2002; Wagner, Levandowski, 2008, & Roudinesco, 2003). Nos grupos populares, a mãe tem sido a principal figura de referência, e é identificada, muitas vezes, por ser uma pessoa protetora, que oferece cuidados e demonstra preocupação. Porém, ela também é *vítima* das relações familiares, por sua relação com um pai, padrasto ou filho agressivo, o que gera momentos de violência intrafamiliar (Arpini, 2003; Assis, 1999). É importante destacar que essa agressividade que gera violência no interior da família é frequentemente associada ao uso de álcool ou drogas por parte do homem da casa. Um adolescente, ao se referir à violência vivenciada pela mãe, relata:

[...] *ai foi que de tanto que meu pai bebia e batia na mãe, eles se separaram. Ai minha mãe ficou morando lá, e o meu pai ficou morando aqui, faz quatro ano isso. Só que meu pai bebia, arrumou outras mulheres, tem outros filhos com outra mulher, mas de tanto que bebeu acabou falecendo, morreu... Meu pai era bem violento, por isso que ele morreu, decerto...* (Adolescente, sexo masculino, 15 anos, grupo focal, Instituição 2).

As mudanças nos papéis familiares não raro têm determinado uma sobrecarga para as mães, únicas responsáveis pela manutenção da família em todos os aspectos, situação que é causa de angústias e preocupações que se refletem na relação com os filhos. Em relação a esse aspecto, Zaluar (1994) aponta para o acúmulo de funções maternas, agregando a responsabilidade pela moral da família:

A gente saiu de casa e foi morar com uma tia minha, mas a minha mãe sempre trabalhou, daí ela levava as coisa do serviço pra gente comer. Ai depois ela conseguiu comprar uma casa e comprou um monte de coisa. Agora a gente já tem bastante coisa, mas quando ela se separou, saímos de casa só com a roupa do corpo, não deixou nós levar nada, e era tudo da mãe, ele não deixou levar nada (Adolescente, sexo feminino, 17 anos, grupo focal, Instituição 2).

Em pesquisa realizada com adolescentes do Rio de Janeiro e de Pernambuco, Assis (1999, p. 51) aponta que o relacionamento com a mãe foi relatado de forma afetiva, demonstrando ser o mais apreciado pelos entrevistados. Ainda constata que eles protegem a mãe na relação com o pai e o padrasto. Ela é tida como paciente, disciplinadora e conselheira: instrui para que o jovem não entre na vida do crime (ou que saia, se já houver envolvimento), para que ele não use drogas e não se envolva com “más companhias”.

[Referindo-se ao uso de drogas] *Não, nunca. Nunca precisei nem de drogas e essas coisas, nossa família orienta bastante... Minha mãe e minha avó orientam bastante...* (Adolescente, sexo masculino, 17 anos, Instituição 1).

Por isso que a minha mãe diz: estuda e não... estuda bem e passa todo ano pra ti não ser uma empregadinha que nem eu sou, tem que limpar, assim, banheiro dos outros, vaso dos outros, tá de joelho pra limpar o chão das patroa, assim pra ser uma coisa grande, pra eu ser (Adolescente, sexo feminino, 15 anos, Instituição 1).

O fato de a mãe permanecer ainda como a representante dos aspectos positivos da família, afetividade e meios de subsistência, não permite afirmar que ela também não é uma pessoa frágil, que tenta manter aquilo que se deseja dela, mas cujo discurso, por sua própria fragilidade, muitas vezes não encontra força e legitimidade, como se seu sofrimento e o reconhecimento dele fizessem da mãe e de seu discurso algo de que se deva distanciar, não para machucá-la ou agredi-la, mas, ao contrário, para poder ser mais forte do que ela, para ajudá-la e libertá-la.

Parece que tal sofrimento produz uma reação que leva o adolescente a buscar um caminho bastante diferente daquele da mãe e, dessa forma, suas “orientações e seus conselhos” não são seguidos.

Porém, é importante salientar que afetivamente essa mãe está presente e é, em geral, alguém de quem se considera ter recebido muito. Sobre este aspecto, Levisky (1997) destaca a fragilidade das famílias e suas dificuldades em fornecer o reconhecimento necessário para o processo de identificação.

Em relação a este aspecto, Fraga (2002, p. 53) aponta que a

maioria das pessoas acredita (e os próprios jovens pensam isso) que a principal causa dessa violência é a ausência ou incorreção da educação familiar. Essa explicação é profundamente equivocada, porque imagina que a família deveria manter uma ética educativa acima dos conflitos sociais, como se ela não fizesse parte dessa mesma sociedade e não fosse também atingida por suas contradições.

Referindo-se a este ponto de vista, Fonseca (2002) também destaca que as dificuldades se devem mais ao grau de pobreza e exclusão social que ao tipo de família em que vive o adolescente.

Em alusão à figura paterna, estudos recentes têm demonstrado os efeitos do enfraquecimento do “lugar do pai” no contexto familiar (Levisky, 1997; Romanelli 2002; Melman, 2000). Tal enfraquecimento advém tanto da ausência do pai no interior da família, quanto por ser um representante mais instável, temporário e, em geral, menos comprometido com a manutenção da estrutura familiar. Melman (2003) chama a atenção para o fato de que a instituição familiar estaria desaparecendo e, com o papel da autoridade do pai sendo demolido, tal mudança produz profundas alterações no processo de identificação entre o pai e o filho. O pai não consegue ser o modelo para o filho e, ao mesmo tempo, despertar nele o desafio necessário. Agrava-se também essa problemática pela frequência com que os adolescentes fazem menção a um pai alcoolista ou dependente de drogas, o qual, mesmo estando presente na casa, não tem a força necessária para exercer a autoridade paterna. Romanelli (2002) indica que a relação de autoridade na família está alterada em função da redistribuição do poder no interior dela, e este aspecto tem relação com o lugar ocupado pelo pai.

Acho que foi mais a cachaça, ele sempre brigava na venda, coisurada, chegava e brigava com a mãe. Ele ficou um tempão em casa doente, batia nas crianças, até em

mim ele batia, às vezes dava soco... Daí a mãe chamou a polícia e mandou internar ele. (Adolescente, sexo masculino, 16 anos, Instituição 1).

Por exemplo, eu tô em casa, aí quem sabe meu pai é alcoólatra, aí ele chega em casa, briga com a minha mãe, aí já bate nos irmãos, já vem pra cima de mim. Geralmente quando a gente é pequeno, a gente fica... a gente espera mais um tempo, vai crescendo, que a gente vai querer fazer isso com o pai também, muitas vezes (Adolescente, sexo feminino, 17 anos, grupo focal, Instituição 2).

Estudo realizado por Rizzini & Rizzini (1996, p. 72), em relação aos adolescentes institucionalizados e os meninos em situação de rua, as autoras afirmam que

o dado mais expressivo a ser destacado sobre as famílias dessas crianças é o fato de serem constituídas com grande frequência em torno da figura de um dos pais, em geral a mãe. A ausência da figura paterna é comumente associada à desorganização das famílias e à conseqüente dificuldade que teriam as mães de arcar sozinhas com a responsabilidade de cuidar de seus filhos.

Um adolescente, referindo-se à violência familiar e ao irmão que se encontra na FEBEM, relata:

Ele se criou só na violência já do meu pai bebendo... bebendo e batendo neles, cada coisa que eles ganhavam assim tênis, roupa, ele vendia pra se droga. Não tinha casa né, até um rancho que eles ganharam uma vez ele vendeu pra tomá dose e deixou todos eles sem comida por uns dia. Daí nesse tempo eu já tava meio malandro, robando, daí eu não sei o que robei, comprei uns rancho pra eles de novo e avisei pra ele que se ele vendesse de novo nós ia se acertá, daí ele não vendeu mais (Adolescente, sexo masculino, 17 anos, Instituição 1).

Segundo Nogueira (2003), a problemática principal, ao se referir a adolescentes que cometem ato infracional, está relacionada à inexistência de “um pai”. A autora relata que as situações que envolvem a dinâmica de tais adolescentes se encontrariam afetadas nas suas relações com o sistema de proibições que toda cultura instala, e que se espera da família, principalmente por parte da figura paterna. “Porém, se a presença do personagem paterno não

é suficiente para que o pai real exista, ela também é importante e sua ausência, principalmente na origem e na primeira infância, não é sem conseqüências” (Nogueira, 2003, p. 21).

Em relação a esse aspecto, Alves-Mazzotti (1996), em trabalho realizado com crianças e adolescentes em situação de rua, constata o enfraquecimento dos laços paternos, determinados por um pai com muitas dificuldades em exercer suas funções, pouco afetivo, punitivo e incapaz de se colocar como referência de identificação para os filhos. Aspecto que pode ser observado pelos adolescentes ao referir a decepção vivenciada na relação com seus pais.

A experiência familiar: Dependência e desamparo

Em relação ao desamparo, os estudos de Rizzini e Rizzini (1996); Assis (1999), Marin (2002) e Rosa (2007) apontam à relação de fragilidade que os conflitos familiares produzem, dificultando a permanência no ambiente familiar. Logo, é importante não equacionar a violência a essa juventude, porque não é esta condição que a define, uma vez que a “vinculação da juventude com a violência não é natural, nem escolha original da juventude. Ela é uma forma de sobrevivência psicossocial, de reconhecimento alternativo frente aos bloqueios do sistema” (Fraga, 2002, p. 54).

Dentro de casa, o pai ou a mãe. Geralmente eles discutem na frente dos filhos. Eles falam isso e o filho vai crescendo, crescendo com tudo aquilo ali. Então o filho, quando grande, um dia quer casar, tu vai se achar no direito de brigar com a esposa. Se o pai bate no filho, ele vai se achar no direito de bater no filho também. Se o pai às vezes usa drogas, ele vai se achar no direito, por mais que o pai não queira, sabe, o filho fala “mas tu também usava, como é que tu vai querer que eu não use”, entender? (Adolescente, sexo feminino, 17 anos, grupo focal, Instituição 2).

Minha família, assim, é uma desunião total, é briga total, eu saía pra fora de facção. Eu dizia pro meu irmão: “tu é grande mas não vai bater em mim”. Ele me botava pra dentro de casa, num canto e aprontava né? Então daí era desunião total, né? Então, era melhor eu sair pra fora, né? (Adolescente, sexo masculino, 17 anos, grupo focal, Instituição 2).

Estudos, como os de Assis (1999), afirmam que situações muito violentas vividas na infância geram grandes possibilidades de reedição de tais comportamentos. Assim, a referência à falta de contenção, inclusão e proteção seriam os principais determinantes de problemas familiares que, em sua grande maioria, já teriam sido enfrentados pelos pais.

Para tanto, é importante enfatizar que a fragilidade de reconhecimento não pode ser considerada como um problema individual desta ou daquela família e sim como uma problemática que diz respeito a uma organização social muito fragilizada e fortemente diferenciada.

Não podemos deixar de destacar que as particularidades da adolescência e a autonomia que se espera dela conduzem ou *forçam* uma tomada de ação em relação ao processo de independência. Esse aspecto torna esse momento do desenvolvimento *especial* para os estudos acerca da violência, porque este jovem pode deixar de ser uma criança violentada para se tornar um jovem violento. As condições de saída da situação de violência intrafamiliar se tornam, na adolescência, bem mais concretas que na infância; as identificações necessárias apontam modelos em que as diferentes formas de violência ganham certo destaque, ou porque os heróis da juventude estão de alguma forma ligados a um ideal de sucesso que ostenta força, poder e grana, aspecto que, para a maioria dos jovens, só será possível pelo mundo do tráfico ou da droga (Zaluar, 1994, 1996; Morin, 1997; Arpini, 2003).

É talvez nesse sentido que podemos compreender as afirmações dos adolescentes, quando dizem que, quando se é “pequeno a gente aguenta, fica, mas quando o cara cresce vai acabar saindo dessa situação de violência familiar”, até porque nesse momento ele se coloca diante desse pai, padrasto, tio ou irmão como capaz de reagir às situações e, portanto, o ambiente fica ainda mais ameaçador e perigoso. O medo acaba dando lugar a uma possibilidade de reação:

a primeira coisa que passa na cabeça da gente quando alguém comete um ato violento, o que passa na cabeça da gente, até com um familiar, que a gente gosta, a gente quer se vingar, a gente cria uma coisa assim... (Adolescente, sexo masculino, 13 anos, grupo focal, Instituição 2).

O reconhecimento dessa problemática torna esse período crítico, uma vez que nesse momento é que podemos sinalizar as primeiras ações violentas, tornando então esse adolescente um “ator da violência” dentro desse mundo, onde ele necessita encontrar um lugar, uma identidade, uma filiação.

Acho que o problema começa em casa, por causa da violência dos pais. A pessoa fica revoltada (Adolescente, sexo feminino, 17 anos, Instituição 1).

Assim, ninguém nem tá aí pra ti entendeu? Tua família, ninguém tá pra ti, daí tu... um amigo te leva, daí fuma uma vez, depois gosta e assim vai indo (Adolescente, sexo masculino, 16 anos, Instituição 1).

Não sei, às vezes ele se envergonha ou não se sente bem em casa, falta de amor, carinho... Acho eu, porque não tiveram uma infância muito boa, eu acho, ou não souberam dar valor à vida, se drogam, se injetam (Adolescente, sexo masculino, 16 anos, Instituição 1).

Bellini (1992) revela que é fundamental a importância da inter-relação entre a família e o indivíduo. As relações familiares são fundamentais no processo de maturação, crescimento, socialização e construção da identidade do sujeito; isso determinará o modo como construirá suas relações, a forma como interagirá na sociedade. Winnicott (1996, 1999) e Bowlby (2002) enfatizam a importância desses primeiros vínculos como o lócus privilegiado no qual se constituem as primeiras relações, no qual se possibilita o desenvolvimento das relações de apego e segurança necessárias para um desenvolvimento emocional mais seguro.

Pode-se pensar que a sobrevivência da família e do indivíduo não está apenas na garantia de condições básicas, mas sim, na garantia de relações significativas e ricas que permitam a expressão de desejos e a individualização como ser único e como parte importante de um grupo. Embora possamos reconhecer mudanças nas concepções e nas organizações familiares, não nos parece possível prescindir das afirmações desses autores citados anteriormente, quando ao espaço privilegiado que toda criança deveria experimentar quanto à proteção, cuidado e referência, pois as figuras familiares são aquelas nas quais qualquer criança, diante de uma situação de medo, frustração ou angústia, pode se refugiar. Trata-se de uma referência segura, embora tenhamos reconhecido essa falta e suas implicações nos adolescentes deste estudo.

Eliachef (2007) afirma que estamos num momento de tomada de consciência dos efeitos nefastos que a violência dos adultos sobre as crianças pode desencadear, dessa forma não podemos mais ficar passivos diante das diferentes formas de violação presentes no interior da família. Nesse sentido, precisamos ampliar as possibilidades de “identificar” as diferentes formas de expressão dos adolescentes, reconhecendo os sinais manifestados por eles muitas vezes em atos já violentos, evitando colocações simplistas que conduzem à estigmatização do adolescente “pobre = violento”. Como bem aponta Rosa (2007, p. 188), “o resultado é que essas pessoas são mais uma vez excluídas, agora por parte daqueles que deveriam escutar não pessoas de uma classe social, mas o sujeito”.

A noção de desamparo nos parece um caminho de reflexão importante no sentido de compreender essas manifestações adolescentes. Para além do desamparo social, entendido pela fragilidade de acesso aos recursos institucionais, vamos encontrar também nos adolescentes deste estudo o desamparo discursivo, que pode ser definido como a falta de proteção do discurso familiar, como apontado por Rosa (2007, p. 185), “esses meninos têm em comum o fato de terem que contar com o próprio discurso para sobreviver no espaço da rua”. Kehl (2004) ressalta outra modalidade de desamparo presente também nos adolescentes, que diz respeito ao lugar do adulto como referência. Para a autora, o adulto, que deveria ser o representante da lei para o adolescente, não quer ocupar esse lugar, esvaziando a representação. Em relação a esse aspecto, a autora chama atenção para uma grande omissão por parte dos pais em oferecer parâmetros mínimos para orientar o crescimento dos filhos, vivendo eles mesmos à margem da lei, identificados com as transgressões adolescentes como bebidas, drogas e festas. Encontramos, assim, adolescentes que se encontram “sem lei” ou à “margem da lei”, buscando a proteção grupal, a qual se reveste muitas vezes de atos de delinquência.

Marin (2002) faz referência à articulação entre desamparo e violência com uma das possibilidades de subjetivação. Para a autora, “o indivíduo submetido a forças pulsionais intensas pode ser capaz de atos violentos destrutivos como afirmação última de singularidade” (Marin, 2002, p. 129).

Para Marin (2002), o desamparo é entendido como uma situação em que o sujeito se encontra sem

ajuda, incapaz de dar-se bem por si próprio. Nesse sentido, o desamparo é resultado da fragilidade das relações, da ameaça da perda do amor. Trata-se de um estado de impotência, que pode ser momentaneamente resolvido por atos violentos, ou seja, o ato cumpriria a função de fazer calar o tormento (a solidão em que o sujeito se encontra). Pode-se fazer uma relação entre a situação de desamparo e o sentimento de abandono e, nesse sentido, entender que uma criança abandonada a seus próprios fantasmas pode recorrer a atos destrutivos.

Pode-se pensar nos adolescentes buscando as leis de regulação social, como o anúncio da falta, da perda de referências e da estabilidade tão almejada no ambiente familiar. Nessa direção, Marin (2002) vai resgatar os estudos de Winnicott (1996, 1999, 2000) que apontam para a conduta antissocial como o grito de socorro, a procura no social do que lhe estaria faltando. É possível pensar nessa *falta* como a de uma relação perdida precocemente.

O desafio será então que os profissionais (aqui nos referimos em especial aos psicólogos) possam efetivamente ampliar a escuta em relação a esses adolescentes, evitando fechar o olhar na situação de exclusão e miserabilidade, procurando as brechas discursivas que permitam a construção de novas possibilidades, evitando a reprodução dos estigmas sociais. A crescente inclusão de psicólogos e outros profissionais na prática com esses adolescentes pode possibilitar nova forma de compreensão do fenômeno.

Considerações finais

Este trabalho aponta aspectos relevantes com relação ao discurso dos adolescentes em situação de rua e seus contextos familiares, bem como o reconhecimento das situações de exclusão e a forte presença das drogas no interior da família.

É importante sinalizar, também, que o fato de que a violência seja identificada, muitas vezes, como tendo sua origem dentro de casa, no *lugar* onde se espera a proteção, vem reforçar a emergência de políticas públicas de apoio à família, às crianças e aos adolescentes, assim como a intensificação das campanhas contra a violência intrafamiliar, uma vez que é ali que se identificam os maiores sofrimentos, que exercem forte influência sobre a construção de trajetórias de vida violentas.

No discurso dos adolescentes a sociedade é violenta, e esse aspecto merece ser alvo de maiores investimentos, pois não se pode pensar a superação da violência sem trabalharmos no sentido de problematizar as relações fortemente identificadas como violentas presentes em nosso cotidiano. Como aponta Marin (1999, p. 79):

o que parece mover a todos é apenas a busca de prazer, passando-se ao ato na busca da realização de qualquer desejo. O que penso é que quanto mais se procura negar a violência, mais se abandonam os sujeitos aos seus próprios impulsos, à ilusão de ser onipotente.

Desse modo, os resultados encontrados nesta pesquisa se revelam extremamente significativos da profundidade e amplitude desse problema social que amplamente se nomeia como violência. Percebemos que essa questão está presente nas mais variadas relações, desde as familiares, as que se constroem nas grandes instituições de proteção e as que se relacionam com os atores sociais que deveriam ser protetores. Diante disso, constatamos que a violência, por seu amplo alcance, parece ser um dos principais agentes subjetivantes na sociedade atual, o que desafia a todos nós na busca por alternativas que possibilitem a emergência de novas perspectivas no que se refere à superação dos atos de violência. Assim, a agressividade presente na subjetividade de todos nós não deve se reverter tão facilmente em atos violentos, mas pode ser impulsionadora de projetos de vida e novas perspectivas de inclusão social.

É extremamente importante enfatizar também que, se há um reconhecimento dos adolescentes de que as origens da violência estão no ambiente familiar, geradas por consumo de álcool e drogas, há a necessidade de promover ações de prevenção à violência. Nesse sentido, trabalhos de ação e apoio familiar, que enfoquem os aspectos relacionados aos vínculos iniciais tão importantes, devem se constituir em uma prioridade na agenda nacional em termos de ações e políticas públicas voltadas aos cuidados familiares, às relações entre pais e filhos, às relações fraternas.

Desse modo, vivemos um momento peculiar em relação à infância e à adolescência, no sentido de que há uma legislação que permite tratar das situações da infância e da adolescência de fato,

como uma etapa de direitos, que tem permitido a construção de importantes trabalhos, estudos e enfrentamentos. Por outro lado, esses adolescentes evidenciam o paradoxo de que, ao mesmo tempo em que avançamos na conquista de direitos, vivemos uma situação de temor em relação a eles, e muitos deles se encontram ainda desamparados.

Referências

- Abramovay, M. (2002). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas**. Brasília: Unesco.
- Alves-Mazzotti, A. (1996). Meninos de rua e meninos na rua: estrutura e dinâmica familiar. In A. Fausto, & R. Cervini. (Org.). **O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80** (pp. 117-132). São Paulo: Cortez.
- Aptekar, L. (1996). Crianças de rua nos países em desenvolvimento: Uma revisão de suas condições. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 9(1), 153-184.
- Ariès, P. (1981). **História social da criança e da família** (2a ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.
- Arpini, D.M. (2003). **Violência e exclusão: Adolescência em grupos populares**. Bauru: EDUSC.
- Assis, S. G. (1999). **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: A vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Bellini, M. I. (1992). **O serviço social e a abordagem com famílias: Algumas especificidades**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Bleger, J. (1981). **Temas de Psicologia: Entrevistas e grupos**. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (2002). **Apego e Perda: O apego**. São Paulo: Martins Fontes.
- Brandão, E. P. (2005). A interlocução com o Direito à luz das práticas psicológicas em Varas de Família. In H. S. Gonçalves, & E. P. Brandão. (Org.). **Psicologia Jurídica no Brasil** (pp. 51-97). Rio de Janeiro: NAU Ed.
- Chizzotti, A. (1998). **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez.
- Eliachef, C. (2007). Todos vítimas? A propósito dos maus tratos à criança. In: S. Altoé. **A Lei e as leis: Direito e Psicanálise** (pp. 163-172). Rio de Janeiro: Revinter.
- Fonseca, C. (2002). **Caminhos da adoção** (2a ed.). São Paulo: Cortez.
- Fraga, P. D. (2002). Violência: Forma de dilaceramento do ser social. **Revista Serviço Social & Sociedade. Tema Violência**, 23(70), 44-58.
- Fraga, W. F. (1996). **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA.
- Goldani, A. M. (1994). As famílias brasileiras: Mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas: A família em destaque**, 91, 7-22.
- Grzybowski, L. (2002). Famílias monoparentais: mulheres divorciadas chefes de família. In: A. Wagner. **Família em cena: tramas, dramas e transformações** (pp. 39-53). Petrópolis: Vozes.
- Haguette, T. M. (1995). **Metodologias qualitativas na sociologia** (4a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2000). **Representações sociais e esfera pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes.
- Levisky, D. L. (1997). **Adolescência e violência: Conseqüências da realidade Brasileira**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lucchini, R. (2003). A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In I. Rizzini (Coord.). **Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: Trajetórias inevitáveis** (pp. 45-86). Rio de Janeiro: Ed. da PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- Marin, I. S. (1999). Sujeito, desamparo e violência. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, 2(3), 75-88.
- Marin, I. S. (2002). **Violências**. São Paulo: Escuta; Fapesp.
- Melamn, C. (2000). **Alcoolismo, delinquência e toxicomania: uma outra forma de gozar**. São Paulo: Escuta.
- Morin, E. (1997). **Cultura de massas no século XX: Neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Nogueira, C. S. (2003). O adolescente infrator. In F. O. Barros. (Coord.). **Tô Fora: O adolescente fora da lei. O retorno da segregação** (Vol. 3, pp. 13-14).

- Belo Horizonte: Del Rey. (Coleção Escritos em Psicanálise e Direito).
- Peres, V. L. (2001). Concepções de família em população de periferia Urbana. In S. M. Sousa. (Org.). **Infância, adolescência e família** (pp. 217-230). Goiânia: Cànone.
- Kehl, M. R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. In R. Novaes, & P. Vannuchi. (Org.). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação** (pp. 89-114). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Rizzini, I. (2003). Prefácio: Crianças e adolescentes nas ruas: Trajetórias inevitáveis? In I. Rizzini. (Coord.). **Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** (pp. 11-14). Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio; São Paulo: Loyola.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (1996). Menores Institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. In A. Fausto, & R. Cervini. (Org.). **O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80** (pp. 69-90). São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I., & Silva, N. C. (2002). Direitos humanos e direitos da criança e do adolescente: Reflexões sobre desigualdades sociais e a questão dos “meninos de rua”. In S. M. Sousa. (Org.). **Infância e Adolescência: Múltiplos Olhares** (pp. 99-112). Goiânia: Ed. UCG.
- Romanelli, G. (2002). Autoridade e poder na família. In A. Wagner. (Coord.). **Família em Cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes.
- Rosa, M. D. (2007). Uma escuta psicanalítica de jovens da periferia: a construção de laços fraternos e amorosos. In S. Altoé. (Org.). **A Lei e as Leis: Direito e Psicanálise** (pp. 183-193). Rio de Janeiro: Revinter.
- Rosemberg, F. (1996). Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: Procedimentos de uma pesquisa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 9(1), 21-58.
- Roudinesco, E. (2003). **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Santos, B. R. (1996). **A emergência da concepção moderna de infância e adolescência: Mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Sarti, C. (2004). O jovem na família: O outro necessário. In R. Novaes & P. Vannuchi. (Org.). **Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação** (pp. 115-129). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Thiollent, M. J. (1985). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis.
- Werner, J., & Werner, M. C. (2004). Direito de família e psiquiatria forense da criança e do adolescente. In S. G. Tabora, M. Chalub, & E. Abdala. **Psiquiatria Forense** (pp. 77-91). Porto Alegre: Artmed.
- Wagner, A. (2002). Possibilidades e potencialidades da família: A construção de novos arranjos a partir do recasamento. In A. Wagner. **Família em cena: Tramas, dramas e transformações** (pp. 23-38). Petrópolis: Vozes.
- Wagner, A., & Levandowski, D. C. (2008). Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. **Revista Textos & Contextos**, 7(1), 88-97.
- Winnicott, D. W. (1996). **Tudo começa em casa**. (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1999). **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (2000). **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago. (Obras Escolhidas).
- Zaluar, A. (1994). **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ.

Recebido: 02/07/2009
Received: 07/02/2009

Aprovado: 16/09/2009
Approved: 09/16/2009